



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

PROCESSO: Nº1/2295/2014

AUTO DE INFRAÇÃO: Nº1/201403693

INTERESSADO : STAR LANCHES E REFEIÇÕES LTDA - ME

ENDEREÇO: AV. TREZE DE MAIO Nº132 FÁTIMA FORTALEZA - CE

CGF : 06.406.237-6

EMENTA: EMBARAÇO À FISCALIZAÇÃO. O contribuinte deixou de entregar ao fisco os documentos solicitados através do Termo de Intimação, caracterizando embaraço à fiscalização, na forma disposto no Art. 82 inc. I da Lei 12.670/96 e Art.815, inc. I do Decreto Nº24.569/97, sujeitando-se o infrator a sanção indicada no Art. 123 inc. VIII alínea “ c” da Lei Nº12.670/96.

DECISÃO: PROCEDENTE

AUTUADO REVEL

JULGAMENTO Nº 3775/14

RELATÓRIO

Relata a peça inicial que o contribuinte acima nominado, foi intimado por motivo de baixa cadastral a apresentar livros e documentos fiscais, decorrido o

JULGAMENTO Nº 3775/14

prazo determinado no termo de início nº2014.08544 não os apresentou, impedindo a fiscalização, por tal motivo foi lavrado o presente auto.

O agente do fisco aponta como infringido o Art. 815 do Decreto Nº 24.569/97 e aplica como penalidade a disposta no Art. 123 inciso VIII alínea “ c” da Lei Nº12.670/96.

O processo está devidamente instruído, com Informação Complementar, mandados de ação fiscal, termos de início e conclusão de fiscalização, relatórios Dief e AR' s de envio do termo de início e auto de infração.

A ação fiscal não foi contestada pelo atuado, sendo lavrado o competente Termo de Revelia as fls. 29.

É o Relato.

FUNDAMENTAÇÃO

Consta na inicial e informação complementar, o contribuinte acima nominado, foi intimado por motivo de baixa cadastral a apresentar livros e documentos fiscais, decorrido o prazo determinado no termo de início nº2014.08544 não os apresentou, impedindo a fiscalização, por tal motivo foi lavrado o presente auto.

Conforme determina a legislação tributária estadual os contribuintes devem apresentar ao fisco a documentação fiscal sempre que solicitado, o



JULGAMENTO Nº 3775/14

dispositivo indicado pelo fisco guarda perfeita consonância com a infração apontada, art. 815 do decreto Nº24.569/97 senão vejamos:

“Art. 815. Mediante intimação escrita, são obrigados a exhibir ou entregar mercadorias, documentos, livros, papéis ou arquivos eletrônicos de natureza fiscal ou comercial relacionados com o ICMS, a prestar informações solicitadas pelo Fisco e a não embarçar a ação fiscalizadora:

I — as pessoas inscritas ou obrigadas à inscrição no CGF e todos os que tomarem parte em operações ou prestações sujeitas ao ICMS; “

O Artigo acima descrito encontra amparo no artigo 82 da Lei Nº 12.670/96;

“ Art. 82. Mediante intimação escrita, são obrigados a exhibir ou entregar, conforme o caso, mercadoria, documentos, livros, papéis ou arquivos eletrônicos, de natureza fiscal ou comercial relacionados com o ICMS, bem como prestar informações solicitadas pelo fisco:

I - as pessoas inscritas ou obrigadas à inscrição no C.G.F. e todas as que tomarem parte em operações ou prestações relacionadas ao ICMS; “

Dessa forma por desobediência aos dispositivos acima transcritos, sujeitar-se-á o infrator a sanção contida no Art. 123 inc.VIII alínea “ c” da Lei Nº12.670/96, que assim dispõe:

“ Art.123. Às infrações à legislação do ICMS sujeitam o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo do pagamento do imposto, quando for o caso:

(...)

VIII - outras faltas:

(...)



Processo Nº: 1/2295/2014
Auto de Infração Nº: 1/201403693

JULGAMENTO Nº 3775/L4

c) embaraçar, dificultar ou impedir a ação fiscal por qualquer meio ou forma, multa equivalente a 1.800 (um mil e oitocentas) UFIR;"

DECISÃO

Por tudo exposto julgo PROCEDENTE a presente ação fiscal, devendo o autuado ser intimado a recolher aos cofres da fazenda Pública Estadual o valor correspondente a 1.800 Ufirces, no prazo de 30 (trinta) dias, ou em igual prazo recorrer da presente decisão, ao Egrégio Conselho de Recursos Tributários. Não cabe reexame necessário face ao que determina a legislação processual em vigor.

DEMONSTRATIVO

MULTA.....1.800 UFIRCE'S

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO, CÉLULA DE JULGAMENTO DE
1ª INSTÂNCIA, FORTALEZA, 08 de dezembro de 2014.



Helena Lúcia Bandeira Farias
Julgadora Administrativa - Tributário